

## O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) ENQUANTO POLÍTICA DE SOBERANIA ALIMENTAR: impactos no município de Mirandópolis-SP

Marco Aurélio da Silva Arlindo<sup>1</sup>  
André Ricardo do Santos Bersani<sup>2</sup>  
Mariele de Oliveira Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar o papel do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) no combate à pobreza, por meio do acesso à alimentação pelas pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional. Para isso, analisamos a territorialização do PAA no município de Mirandópolis-SP. Em consonância com a bibliografia, a pesquisa pauta-se em entrevistas e dados obtidos junto ao Fundo Social do município, assim como em sites do Governo Federal. Os resultados apontam para a importância do PAA como política pública e sua potencialidade para promover soberania alimentar e combate à fome. Neste sentido a agricultura camponesa adquire fundamental importância.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Políticas Públicas; Soberania Alimentar; Produção Camponesa.

**Abstract:** This article is aimed at analyzing the role of the Programa Aquisição de Alimentos (PAA) on the fight against poverty, through the access to nutritious meals to people facing food and nourishment insecurity. To achieve this, we have analyzed the territorialization of the PAA on the municipality of Mirandópolis-SP. According to the bibliography, the research is based on interviews and data gathered from the social fund of the municipality, as well as from web sites of federal government. The outcomes point to the importance of the PAA as a policy and its potentialities on nourishment autonomy and hunger fight. In this sense the peasant farming has fundamental importance.

**Key-words:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Public Policies; Food sovereignty; Peasant Agriculture.

### Introdução

A monopolização do território praticada pelo capital comercial consiste numa forma de controle da comercialização e da circulação das mercadorias, sujeitando a renda da terra

---

<sup>1</sup> Mestre, Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Brasil. E-mail: m.marcoaruelio@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre, Doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Brasil. E-mail: andre.bersani@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Brasil. E-mail: mosgeolice@gmail.com

contida na produção camponesa (OLIVEIRA, 2010). Essa dinâmica atinge direta e negativamente o campesinato, uma vez que necessitam vender parcela da produção para garantir sua reprodução social. É no interior desse processo que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado em 2003 pelo Governo Federal, possui papel significativo, pois permite ao campesinato apropriar-se de parte da renda da terra contida em sua produção, contornando, até certo, ponto a sua subordinação ao capital<sup>4</sup>.

Pretendemos, dessa forma, demonstrar como o PAA tem incentivado a produção da agricultura camponesa, possibilitando uma vida mais digna e contribuindo com sua reprodução social enquanto *classe social e modo de vida* (SHANIN, 2008; ALMEIDA, 2006). Também enfatizamos a importância do PAA para além do incentivo à produção, já que este programa tem contribuído sistematicamente ao combate à fome e à miséria no Brasil. Essas são as duas principais contribuições do PAA: promover o acesso à alimentação<sup>5</sup> e incentivar a agricultura camponesa com maior grau de autonomia. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>6</sup>:

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar [camponesa], com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. (MDA, 2016).

Portanto, compreendemos ser de suma importância destacar a relevância social que o programa tem adquirido enquanto política de soberania alimentar, integrando parte do programa de combate à pobreza no Brasil, o Fome Zero, e promovendo o acesso à alimentação de pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional.

Na busca pela compreensão desse processo, o trabalho analisa o processo de territorialização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Mirandópolis, interior do Estado de São Paulo (Figura 1). A pesquisa contou em seu

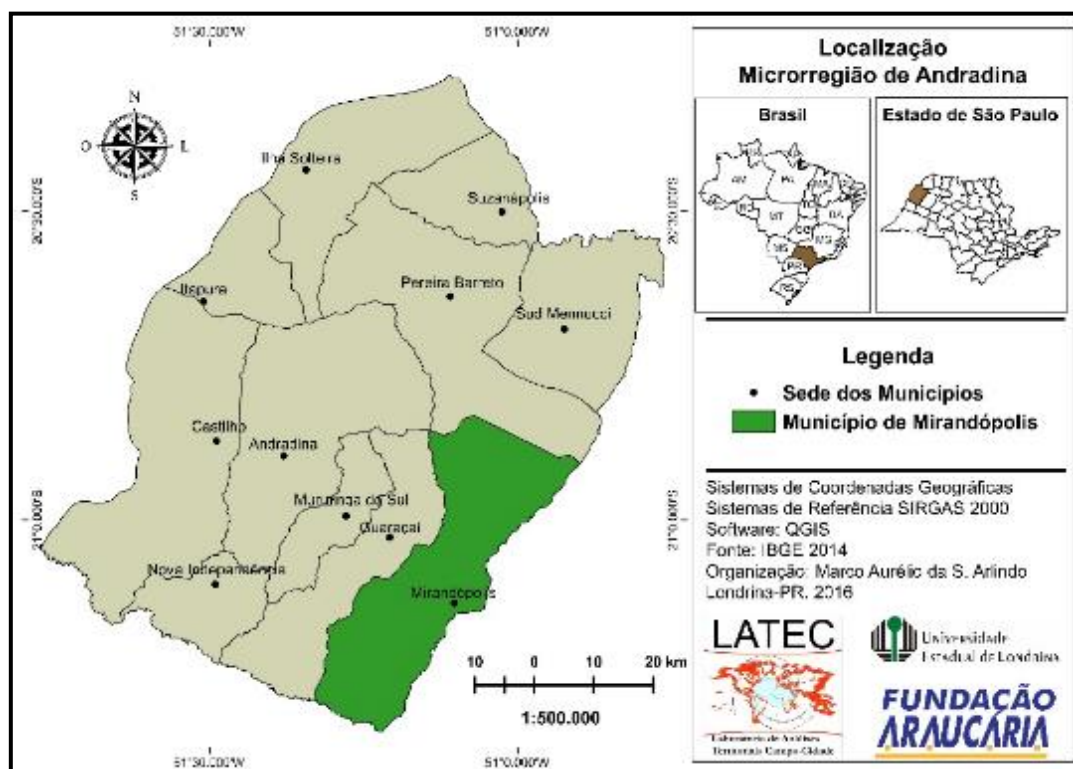
<sup>4</sup>“O negócio que tá vindo aí, pode melhorar mais. Uma caixa de feijão tá saindo R\$60,00 no PAA, o atravessador paga uns R\$35,00, tem vez que oferece R\$20,00. Esse negócio aí foi a melhor coisa, o PAA.” (Entrevista<sup>4</sup>, jan. 2015). Disse um camponês assentado no Assentamento Primavera, em Mirandópolis/SP, que participa do PAA.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a produção agroecológica sempre esteve ligada ao campesinato, que, aliás, após a imposição de parte do pacote da chamada revolução verde, vem retomando a agroecologia como prática de resistência e bandeira de luta contra a agricultura capitalista.

<sup>6</sup> Em conluio com a bancada ruralista, no dia 12 de maio (2016), o Governo Temer extinguiu o MDA por meio de medida provisória. Em seu lugar foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead).

desenvolvimento com análise bibliográfica de autores que abordam a temática e de trabalhos de campo em associações, na prefeitura do município e em locais onde são feitas as entregas dos produtos por meio do PAA.

Destacamos como caminho metodológico privilegiado, a partir do trabalho de campo, as fontes orais, pois entendemos ser de fundamental importância apreender a percepção dos sujeitos envolvidos (PORTELLI, 1997). Para isso, entrevistamos nos locais de entrega dos produtos as famílias beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



**FIGURA 1 – Localização Município de Mirandópolis na Microrregião de Andradina (SP)**  
 Fonte: IBGE, 2017

## O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA possui dois públicos, como é possível observar na entrevista: “*Nós temos umas 150 famílias, e sempre tem mais querendo entrar. Eu acho que [o PAA] ajuda também os produtores, porque está ajudando eles e as pessoas carentes também.*” (Entrevista<sup>7</sup>, abril de 2015). Segundo o MDA (2016), de um lado estão os camponeses, assentados da reforma

<sup>7</sup> Colaboradora do Centro Comunitário da Igreja Batista Nacional de Mirandópolis.

agrária, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais e, de outro, os consumidores dos alimentos.

Essa política social foi instituída pelo art. 19 da Lei nº 10.696<sup>8</sup>, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Diante do papel estratégico no combate à fome no Brasil, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em seu eixo Inclusão Produtiva Rural. O programa é gerenciado por diferentes Ministérios: os antigos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cujas pastas foram fundidas e passaram a compor o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); da Fazenda (MF); e da Educação (MEC). Sua operacionalização é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com os estados e municípios. Assim, o PAA é coordenado por vários órgãos públicos e pela sociedade civil, além de ser acompanhado pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).

A CONAB, responsável pela operacionalização do PAA, divide o programa em diferentes modalidades (Quadro 1), sendo os recursos destinados à essas modalidades oriundos dos antigos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

<b>Modalidade</b>	<b>Forma de acesso</b>	<b>Origem do Recurso</b>	<b>Ação</b>
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	MDS/MD A	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	MDS/MD A	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em

<sup>8</sup> “Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012”. (MDA, 2016).

Familiar – CDAF			função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

**QUADRO 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**  
**Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015)**

No município de Mirandópolis (SP) a comercialização realizada pelas famílias camponesas junto a CONAB é feita pela modalidade *Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea* com recursos provenientes do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para “[...] participar da Compra com Doação Simultânea pela CONAB, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à CONAB”.

Cabe ainda destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vem sendo fundamental para a formação de um Mercado Institucional de Alimentos, constituindo-se em política pública voltada à agricultura camponesa<sup>9</sup>. No Mercado Institucional o governo é o único comprador e o objetivo é atender à demanda destinada aos programas.

De acordo Hespanhol (2014), o Mercado Institucional de Alimentos ganha relevância em 2003 no contexto do Programa Fome Zero, tendo como objetivo viabilizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura camponesa. As principais políticas do Mercado Institucional são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), abordado no

<sup>9</sup> Mesmo em momentos do texto onde nos referimos ao PAA, que no interior de sua política carrega o termo “agricultura familiar”, assim como também ocorre com outras políticas públicas similares, por questões de método utilizaremos o conceito de campesinato e/ou camponês. Para um aprofundamento dessa questão ver Marques (2008), texto em que nos pautamos para manter o uso do conceito de camponês.

presente trabalho, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ao reconhecermos a importância do PAA, analisaremos sua territorialização e seus impactos no município de Mirandópolis (SP).

### **Territorialização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

O acesso ao PAA ocorre por meio de associações, fato que reforça a necessidade de os camponeses, em especial os assentados pela política de reforma agrária, se organizarem em associações. Diante dessa necessidade e visando comercializar a produção ao PAA, o município de Mirandópolis conta, atualmente, com quatro associações: Associação Retiro dos Produtores Rurais do Assentamento Florestan Fernandes (ARPRAFF), Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF), a Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera (AOPRAP) e a Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança.

Segundo o Portal de Transparência do PAA<sup>10</sup>, entre o período de 2014 e 2016 estavam vigentes no município de Mirandópolis seis projetos, aprovados após os editais realizados via chamada pública. Dos seis projetos vigentes, três<sup>11</sup> pertenciam à Associação Oriente dos Produtores Rurais, do Assentamento Primavera (AOPRAP); um à Associação Retiro dos Produtores Rurais do Assentamento Florestan Fernandes (ARPRAFF); um à Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF); e outro à Cooperativa Agrícola da Fazenda Aliança (Quadro 2).

	<i>Projetos Aprovados</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Nº de fornecedores</i>	<i>Produtos (Kg)</i>
<b>AOPRAP</b>	3	1.085.500,00	169	596.497
<b>ARPRAFF</b>	1	186.000,00	31	121.556
<b>APRAF</b>	1	62.000,00	10	38.353
<b>Coop. Agrícola da Faz. Aliança</b>	1	227.500,00	36	113.250
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1.561.000,00</b>	<b>246</b>	<b>869.656</b>

**QUADRO 2 – Projetos vigentes no período de 2014 a 2016 em Mirandópolis (SP)**

**Fonte: Portal da Transferência do PAA**

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)>. Acesso em: 01/03/2017.

<sup>11</sup> Participaram do projeto assentados e camponeses tradicionais, por isso a AOPRAP divide o projeto.

No Quadro 2 é possível observar além dos seis projetos vigentes entre os anos de 2014 e 2016, que o valor pago pela CONAB chegou a R\$1.561.000,00. Deste montante, 1.085.500,00 foi pago a AOPRAP, uma das associações do Assentamento Primavera II. A AOPRAP, além de ter três projetos vigentes neste período, conta com o maior número de fornecedores, 169 camponeses.

Outro aspecto importante apresentado no Quadro 2, é a quantidade de alimentos entregue por meio do PAA. Somados, os produtos entregues pelas associações por meio do PAA chegam a aproximadamente 870 toneladas de alimentos. Esse número evidencia a eficiência da agricultura camponesa, responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2016)<sup>12</sup>. Diante desse número divulgado pelo MDA (2016), é importante destacar que mesmo perante dificuldades e com menor fração das terras agricultáveis<sup>13</sup>, as famílias camponesas são responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos que compõe a dieta básica consumida diariamente pelos brasileiros.

Os dados indicam que as pequenas propriedades cujo trabalho é familiar, produzem mais alimentos do que o grande proprietário (latifundiário), sendo responsáveis, como afirma Oliveira (2001, p.189), “[...] por 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, agave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, coco, guaraná, pimenta-do-reino, uva, e a maioria absoluta dos hortigranjeiros [...]”, e “[...] mais de 50% do rebanho suíno, das aves dos ovos e do leite.” Por outro lado, as grandes propriedades produzem *commodities*, por terem maior valor agregado (soja, trigo, cana-de-açúcar, celulose, entre outras), visando o lucro, se possível, acima da média.

Assim, temos de um lado a propriedade privada capitalista da terra, altamente tecnificada, dominada pelas grandes empresas e com investimentos de capital nacional e estrangeiro; de outro, temos a propriedade familiar camponesa da terra, onde predomina o trabalho familiar, a ajuda mútua e a produção de alimentos, sendo a lógica do campesinato baseada na reprodução social da família, visando suprir suas necessidades por meio do

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em novembro de 2016.

<sup>13</sup> Segundo o próprio MDA (2016), “Os dados mostram uma estrutura fundiária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha, e as dos não familiares, de 309, 18 ha.”.

trabalho na terra. É por isso que sua produção é para o autoconsumo, assim como para a venda.

Por esses fatores, a produção camponesa é diversificada, o que pode ser facilmente observado por meio do PAA. Para Paulino (2006, p. 112): “A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital.” Por isso, quanto maior for a diversidade da produção, a família camponesa estará menos vulnerável às ações do capital e conseqüentemente se apropriará de parcela maior da renda.

A diversidade da produção comercializada via PAA pode ser observada na fala de um assentado: “Hoje eu produzo banana, jiló, produz berinjela, melancia, pimenta, pepino caipira pra come em casa, abóbora paulista, tudo em produzo. Eu vendo pro PAA (CONAB), CEASA/SP e cooperativa de Mirandópolis.” (Entrevista, jan, 2014). Essa diversidade, característica da produção camponesa, pode ser observada também na Figura 2 que mostra a produção armazenada no barracão da Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera (AOPRAP), antes de sua entrega às entidades beneficiadas pelo PAA.

Outro aspecto importante, para além da quantidade e diversidade dos produtos entregues por meio do PAA, está relacionado à qualidade dos alimentos produzidos, o que também pode ser observado na Figura 2. Cabe destacar que a qualidade dessa produção tem uma explicação, qual seja: na agricultura familiar camponesa a produção comercializada é a mesma consumida pelo grupo familiar. Este processo pode ser entendido na seguinte fala: “*Eu mando pro PAA a mesma coisa que eu como aqui em casa, eu mando mercadoria boa. [...] a mercadoria estragada eu joga pro gado, pro porco, porque se paga bom, eu mando bom. [...]*” (Entrevista<sup>14</sup>, jan.2015).

---

<sup>14</sup> Assentado do Projeto de Assentamento Primavera II.





**FIGURA 2 – Produtos separados para entrega no barracão da AOPRAP**  
 Fonte: Arlindo, 2015.

A boa qualidade da produção pode ser verificada na fala da assistente social responsável pelo PAA no município. Segundo ela: *“É uma qualidade muito boa, a nível de quitanda. Os produtos que vem é de qualidade sim. Eu não fiz agronomia, mas eu considero muito bom os produtos”* (Entrevista, fev. 2015). Os sujeitos beneficiados pelo PAA também destacam a qualidade dos produtos: *“Aqui tá ótimo pra gente, é super importante as coisas que vem. Todas coisas saudáveis. Todos produtos fresquinhos: frutas e legumes. Tudo coisa boa. Ajuda muito a gente, todos os produtos são ótimos.”* (Entrevista<sup>15</sup>, maio 2015).

É importante destacar que até o ano de 2013 a entrega dos alimentos era feita diretamente às entidades beneficiadas, pela própria associação, porém, a partir de 2013 a entrega passou a ser responsabilidade da Prefeitura Municipal. Os produtos, ainda nos barracões das associações passam por um processo de fiscalização e triagem, e somente depois desta vistoria a produção é transportada para as instituições e centros comunitários.

<sup>15</sup> Beneficiária entrevistada no Centro Comunitário Estelita Pereira.

Como a entrega é responsabilidade da prefeitura, as pessoas beneficiadas têm que fazer cadastro no departamento social do município, sendo o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis (FMAS) o setor responsável por este cadastro. Segundo a assistente social responsável pelo PAA, o FMAS estabeleceu um critério de até dois salários mínimos para as famílias que queiram ser beneficiadas pelo Programa. Sobre o cadastro das famílias, a representante do FMAS explica:

A partir de 2013 [o PAA] tinha que ter acompanhamento do fundo social. Foi obrigado ter o cadastro social de todas as famílias que fossem receber os legumes. Nós fizemos esse cadastro, um levantamento de todas as entidades e de todas as famílias que recebiam, para a gente organizar a forma de distribuição. E aí, nós estabelecemos um critério de até dois salários mínimos. É interessante primeiro, a gente cobrir as famílias de baixa renda, depois se sobrar a gente vai abrindo o leque (Entrevista<sup>16</sup>, fev. 2015).

Segundo o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis (FMAS), a produção da agricultura familiar camponesa comercializada pelo PAA está beneficiando mais de 1000 famílias por semana, distribuídas pelas várias entidades do município.

Fazem parte das entidades beneficiadas: casas de abrigo (Associação Assistencial Elohin), associações comunitárias (Assoc. de Amigos do bairro Colina Verde e Bairro Adjacentes, Centro Comunitário Estelita Pereira), instituições religiosas (Associação de Assistência Madre Maria Teodoro, Igreja Batista Nacional de Mirandópolis e União Espirita Bezerra De Menezes), assim como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirandópolis (APAE) e a Associação Mirandopolense de Assistência aos Idosos (AMAI).

São várias entidades beneficiadas pelo PAA, fato que elucida a importância desse programa social, para além do campo e dos camponeses. *“Esse programa é importante porque vem de encontro com a necessidade de muitas famílias carentes. Veio à calhar, realmente para suprir as necessidades desse pessoal mais carente.”* (Entrevista<sup>17</sup>, abril de 2015). Também entra na lista de beneficiários do PAA no município de Mirandópolis, abrigos e casas de recuperação, é o caso da Associação Assistencial Elohin, que recupera pessoas que são dependentes químicos. A fala do representante da Associação Assistencial Elohin é elucidativa: *“O programa é muito bom, muito bom! Ajuda não só a nossa entidade, a gente vê ajudando a cidade inteira.”* (Entrevista, abril de 2015).

<sup>16</sup> Representante do Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis.

<sup>17</sup> Presidente da Assoc. de Amigos do bairro Colina Verde e Bairro Adjacentes.

Pela comercialização via PAA, a produção da agricultura camponesa tem beneficiado centenas de pessoas presentes nas instituições e organizações do município de Mirandópolis (SP). A Figura 3 mostra a entrega dos produtos em alguns centros comunitários no município: Centro Comunitário do Bairro Aeroporto (A), Associação Assistencial Elohin (B), e entrega no Bairro Primeira Aliança (C).



**FIGURA 3 – Entrega nos Centros Comunitários**  
 Fonte: Arlindo, 2015.

Segundo consta no site do PAA DATA<sup>18</sup>, entre 2014 e 2016, período de vigência dos seis projetos aprovados nas cinco associações do município de Mirandópolis (SP), 265.855 pessoas<sup>19</sup> em situação de insegurança alimentar foram beneficiadas pelo programa. Esse número evidencia o papel do PAA na luta contra a fome no Brasil, afirmando seu papel enquanto política de soberania alimentar.

<sup>18</sup> Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/visi\\_paa\\_conab/pg\\_principal.php?p\\_ibge=35&url=lista\\_entidades&nome\\_estado=](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/visi_paa_conab/pg_principal.php?p_ibge=35&url=lista_entidades&nome_estado=)>. Acessado em: 01/03/2017.

<sup>19</sup> Consta no site que 265.855 pessoas foram beneficiadas pelo PAA no município de Mirandópolis. Contudo, entendemos, que o PAA considera as várias vezes que uma mesma família recebeu os alimentos.

Segundo Vinha & Schiavinatto (2015) o conceito de soberania alimentar foi lançado e discutido pela Via Campesina na década de 1990. Seu intuito foi fazer um contraponto à política de segurança alimentar que desde a modernização agrícola priorizava apenas a garantia de alimentos em quantidade e qualidade (nutricionais), inserindo na sua produção atividades agrícolas altamente mecanizadas, bem como o intenso uso de agrotóxicos e adubos químicos, além da modificação genética de sementes.

Cabe destacar que essa modernização agrícola causou a crescente mercantilização da alimentação, gerando um sistema alimentar cada vez mais controlado pelas cadeias de supermercados globalizados e multinacionais ligadas às técnicas de processamento alimentar. Esse sistema é responsável por mascarar o latifúndio em agronegócio, historicamente responsável pela pobreza e violência no campo, marginalizando e destruindo o campesinato.

Como mencionado anteriormente, a agricultura familiar camponesa produz mais alimentos que o latifúndio. Pautando-se nisso, Almeida; Hernández; Collado (2014) defendem que tanto a luta pela terra quanto a pela soberania alimentar devem caminhar juntas, tendo em vista que “[...] um mundo com camponeses é melhor que um mundo sem eles, pois o modo de vida camponês contém as condições de produzir a soberania alimentar que precisamos [...]”. Assim, a produção de alimentos saudáveis não dispensaria a importância da terra e, portanto, da sua distribuição “[...] voltada à defesa da terra como bem comum e dos sujeitos que promovem seu uso para a vida [...].” (ALMEIDA; HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014, p. 23).

Diante dessa situação, os movimentos sociais de luta pela terra destacaram a necessidade de discutir no âmbito da produção e do consumo de alimentos, uma política de soberania alimentar que:

[...] aposta em princípios que questionam a concentração de poder do sistema agroalimentar. Argumenta pelo direito dos povos e países em definir as suas próprias produções e políticas agrícolas de acordo com as necessidades internas em detrimento do modelo agroexportador. Ao contrário da segurança alimentar, entendida aqui como política compensatória que garante parcialmente alimentos industrializados para as populações pobres, a soberania alimentar é concebida como política que recupera o poder da produção e consumo local de alimentos saudáveis às famílias camponesas, indígenas e quilombolas e que não utilizam agrotóxicos ou sejam de origem transgênica. Luta à favor dos direitos dos povos de uso da terra, dos territórios, da água, de controle das sementes e da biodiversidade, sendo a reforma agrária uma política defendida como prioridade para a Via Campesina. (VINHA; SCHIAVINATTO, p.188, 2015).

Ressaltamos, então, o papel social do PAA, como política de soberania alimentar, tendo promovido o acesso à alimentação de pessoas em situações de insegurança alimentar e

nutricional. Por outro lado, enfatizamos sua relevância no fortalecimento da agricultura camponesa.

## **Considerações Finais**

Nossa intenção foi demonstrar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui e poderia contribuir ainda mais na construção do caminho para alcançar a soberania alimentar. Entretanto, cabe lembrar que possibilitar o acesso a alimentos, em quantidade e qualidade, para pessoas em situação de insegurança alimentar não é garantia de soberania alimentar, pois esta envolve a autonomia dos sujeitos do campo que produzem estes alimentos. Neste aspecto, muitos entraves persistem no tempo e no espaço, tanto para acessar o programa quanto pela falta de investimentos significativos destinados a agricultura camponesa, bem como a quantidade de terra sob o domínio desses sujeitos.

Garantir a soberania alimentar deve ser, nessa perspectiva, garantir também o acesso a terra para a grande massa de camponeses e trabalhadores despossuídos do campo e da cidade. Como também é investir recursos que possibilitem sua permanência no campo e seu bem estar, para além da reprodução social no limite. Tais necessidades veem sendo reivindicadas principalmente por meio de movimentos sociais.

O caminho existe, a importância da produção camponesa está comprovada por várias pesquisas, os sujeitos estão se movimentando, a população está percebendo a importância da alimentação para uma vida saudável. Contudo, a aliança terra-capital mantém a sociedade brasileira no atraso, como foi possível observar quando o Governo Temer, ao encaminhar a Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional, apontou a redução de aproximadamente 70% dos recursos que serão destinados ao PAA em 2018, em comparação com o ano de 2017. Além do corte de 84,42% para a política de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>20</sup>. Dessa forma, enquanto a aliança do atraso não for quebrada a soberania alimentar continuará no horizonte, mas não passará de uma miragem.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/app/noticia/302300-1>. Acesso em: 25/09/2017.

## Referências Finais

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HERNÁNDEZ, David Gallar; COLLADO, Ángel Calle. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista NERA.** Presidente Prudente, nº 24, ano 17, pp. 09-35, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/221/>>. Acesso em: 08 de Julho de 2014.

BRASIL. Cartilha MDA. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>> Acesso em: 15/02/2017.

HESPAHOL, R. Ap. de M. O papel das associações de produtores rurais e dos Mercados Institucionais de Alimentos na reprodução social dos agricultores familiares. In: **XXII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA): Agentes, processos, conflitos e conteúdo do espaço agrário brasileiro.** Natal, novembro de 2014.

MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: *Revista Nera – Ano 11, Nº 12 – janeiro/junho, 2008.*

OLIVEIRA, A. U. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados.** São Paulo: v. 15, nº 43 Sept/Dec. 2001. p.185-206.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente.** Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Monica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA.** Presidente Prudente, nº 26, ano 18. Edição especial: pp. 183-203, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3576/2913>>. Acesso em: 5 de Abril de 2017.